

2016/07/01

## O Brexit. Revés ou oportunidade para a Política Comum de Segurança e Defesa da UE?

Alexandre Reis Rodrigues

Quase não se tem falado sobre eventuais implicações do Brexit sobre a segurança e defesa europeia. Compreende-se que as preocupações do momento se centrem nos aspetos mais imediatos da crise, que se situam na área financeira e económica, precisamente onde estão os maiores desafios e onde haverá repercussões globais.



Ao contrário destas duas áreas, na da defesa e segurança, que funciona mais em termos de longo prazo e num horizonte estratégico, não se sentirão impactos imediatos. Em parte também porque as questões de cooperação militar, bem como a de política externa, têm-se mantido algo à margem das instituições europeias.

Em qualquer caso, mais tarde ou mais cedo, o tema estará também em cima da mesa, como mais uma dimensão importante do desafio que a Europa tem pela frente. A questão põe-se em simultâneo no campo da NATO e da União Europeia. Bastante mais no segundo campo, como veremos.

Qual será a exata dimensão e natureza desse desafio vai depender de se saber se do Brexit vão resultar mais ou menos recursos para a Defesa britânica. É difícil imaginar que haverá mais recursos. As esperadas dificuldades financeiras por que o Reino Unido irá passar vão - como é habitual fora de situações de crise de segurança - relegar os investimentos da Defesa para segundo plano. Sendo assim, diminuirá a capacidade do Reino Unido manter o mesmo nível de compromisso no combate às ameaças à Europa, não obstante tratar-se de um campo de que, objetivamente, não se pode dar ao luxo de se dissociar.

Para a NATO, um Reino Unido com menos recursos na Defesa vai exatamente contra os repetidos apelos dos EUA para que os europeus assumam uma maior quota-parte das suas responsabilidades. Retira parte das razões que, recentemente, permitiram ao secretário-geral da NATO mostrar-se otimista com alguns sinais de inversão da tendência de continuados cortes orçamentais na Defesa. Esta espécie de recuo fragilizará a Aliança e não ajudará a manter uma relação transatlântica saudável, num momento em que o contexto de segurança mais a exigiria. Para a generalidade dos países que olham para a NATO como a pedra angular da sua própria defesa e, em geral, da defesa europeia, não são boas notícias.

Para a União Europeia, uma Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) sem o participante militarmente mais importante é, à partida, um revés com que não será fácil lidar, dizem os analistas que já se pronunciaram sobre o assunto («*The CSDP will be much harder to maintain, much less to improve upon*»). É fácil compreender porque vão as opiniões neste sentido.

O Reino Unido tem sido um dos Estados-membros que mais influenciou a formulação e concretização da política externa da União Europeia e, claramente também, um dos que mais têm viabilizado as intervenções militares externas, juntamente com a França. Não obstante os quase drásticos cortes orçamentais a que tem sujeitado o setor Defesa, continua a garantir um conjunto coerente de capacidades militares que, de facto, fazem a diferença no contexto europeu. Sem o Reino Unido, a União Europeia fica dependente sobretudo da França para intervenções no exterior.

Sem o contributo da presença militar ativa do Reino Unido, a Europa perde em várias frentes. Aparecerá militarmente mais fragilizada e politicamente mais dividida perante uma Rússia que quer recuperar zonas de influência que pertencem ao passado. Perderá o mais eficaz e direto elo de ligação transatlântica com os EUA, papel desempenhado tradicionalmente desempenhado pelo Reino Unido, como o interlocutor privilegiado.

O próprio Reino Unido corre o risco sério de sofrer perdas irreparáveis no seu estatuto de potência determinante no contexto europeu. Fora da Europa perderá a “ampliação” que a União Europeia dava às suas intervenções no exterior, quer diplomáticas, quer militares. Deixará também de beneficiar do quadro europeu para organizar um esforço combinado com outros países na prossecução das suas iniciativas. Estes riscos poderão ser minimizados com acordos bi ou multilaterais específicos, que é o que se imagina venha a acontecer, mas as condições nunca serão idênticas.

Não se podendo antecipar como a situação evoluirá na conclusão do processo de separação e podendo este demorar mais de dois anos, resta saber se os EUA vão esperar para decidir se continuam a contar com Londres como interlocutor privilegiado, ou se vão, desde já, começar a entenderem-se sobretudo com a Alemanha, que será cada vez mais o centro de gravidade europeu.

Tudo o que se referiu anteriormente configura um revés para PCSD, mas nem tudo é necessariamente negativo. Em especial, se tivermos presente que o Reino Unido, embora um participante importante na PCSD, por, várias vezes, impediu iniciativas concebidas para dar à União alguma capacidade de intervenção militar, num quadro de colaboração equilibrada com a NATO, mas com autonomia estratégica.<sup>1</sup> Esta posição ambivalente é responsável por parte do imobilismo com que a PCSD tem sido encarada. Até certo ponto, o Reino Unido foi a voz das administrações americanas que receavam que o desenvolvimento da PCSD acabaria por vir em detrimento da NATO. A desconfiança britânica, neste campo, ficou bem expressa na campanha que precedeu o referendo («*The EU undermines our membership of NATO*» (*Michael Elliot, chief executive "Vote Leave"*)).

Se os europeus decidirem avançar com uma PCSD que seja um credível instrumento para a estabilidade e paz, pelo menos na zona de vizinhança próxima, estarão agora livres da resistência que o Reino Unido sempre representou. Querirão aproveitar a oportunidade? Se quiserem, é altura de começar a conceber um caminho que permita repartir responsabilidades com a NATO, no interesse das duas partes.

Uma PCSD credível é essencial num contexto de segurança que inclui várias áreas de intervenção – aliás, as mais requeridas - para que a União Europeia está mais habilitada que a NATO. Será também um importante elemento de unidade europeia e, ao contrário do que se ouve com alguma frequência, não precisará de mais integração da que é aceite, sem reservas, na NATO.

---

<sup>1</sup> A repetida recusa da proposta de criação de um quartel-general no âmbito da PSDC é o caso que mais frequentemente se recorda. Argumentava-se que a União Europeia poderia utilizar os meios de comando e controle da NATO, ignorando que duas organizações distintas na sua natureza, identidade e propósitos nunca poderão partilhar uma única estrutura de comando.